Qual a agenda da esquerda hoje?

13/03/2007

Indicadores globais apontam um cenário de instabilidade política, social, econômica e ambiental. Em um mundo saturado pela mercadoria e mediado pelo dinheiro, a esquerda é interrogada por urgentes desafios, muito maiores do que pensar a próxima eleição ou a disputa por cargos neste ou naquele governo.

Marco Aurélio Weissheimer

Em um artigo intitulado “Socialismo macroeconômico”, o cientista político José Luís Fiori, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diagnosticou o que considera ser uma perda de rumo e de identidade da esquerda em nível mundial. Um possível resumo do ponto abordado no artigo é o seguinte:

“Surpreende muito que o aumento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos, nas últimas décadas do século XX, não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas, centrada na questão da igualdade social. Trata-se de uma notável perda de rumo e de identidade”.

O diagnóstico proposto por Fiori é uma ótima oportunidade para pensar sobre qual é mesmo a agenda da esquerda hoje, no início do século XXI. Para evitar um debate interminável sobre quem de fato seria de esquerda hoje, vamos reconhecer como tal todos aqueles que reivindicam a tradição socialista e pretendem estar agindo politicamente tendo ela como referência.

Se, de fato, estão ou não sendo coerentes com essa tradição é algo que pode começar a ser respondido a partir de um exame dos temas que compõem sua agenda hoje. No artigo citado, após fazer uma rápida retrospectiva sobre algumas das lutas históricas da esquerda – contra a distribuição desigual da riqueza, contra o trabalho desumano nas fábricas, contra a guerra, apenas para citar algumas -, Fiori observa como, nos últimos anos, as minúcias internas da política macroeconômica passaram a ocupar “um lugar crescente e obsessivo nas discussões da esquerda”. “Mais do que isto”, acrescenta, “ocorreu algo inimaginável do ponto de vista histórico: além de definir seus inimigos externos, a esquerda passou a se diferenciar internamente, e a medir as distâncias entre suas tendências reformistas ou revolucionárias, segundo suas posições e divergências macroeconômicas”. Esse é um cenário reconhecível também no ambiente da esquerda brasileira.

Ela passou, como observa Fiori, “a travar verdadeiras guerras teológicas sobre alguns conceitos inéditos e totalmente a-históricos, como por exemplo: qual seja o tamanho ideal do déficit fiscal ou da relação dívida externa/ PIB; ou qual deva ser o crescimento possível dentro do modelo de metas de inflação, e a distância ideal entre as suas bandas superior e inferior; ou ainda, de um ponto de vista mais propositivo, o que fazer para flexibilizar a forma pela qual o Banco Central maneja sua política de juros, para combater a inflação, sem tocar na própria política”.

A chegada de Lula à presidência da República, em 2002, é parte da explicação, mas está longe de ser toda ela. Fenômenos similares ocorreram com partidos de esquerda de outros países também, mas o tamanho do problema não se limita à chegada ao poder. Mesmo fora dele, essa agenda macroeconômica segue subordinando temas que são constitutivos da história de lutas da esquerda.

A experiência onipresente do mercado

Essa subordinação costuma ser comemorada (à direita) e explicada (à esquerda) como uma conseqüência inevitável dos fracassos da esquerda no século XX. Fracassos esses exemplificados de modo paradigmático pelo fim da União Soviética e pela derrubada do Muro de Berlim. A vitória do mercado passou a ditar todas as regras, com conseqüências para o pensamento político de esquerda que ainda não foram adequadamente

analisadas. As idéias fortes do mercado passaram a ser amplamente hegemônicas.

O jamaicano Stuart Hall, um dos fundadores do centro que se tornou o berço dos Estudos Culturais na Universidade de Birmingham (Inglaterra), descreveu assim uma dessas conseqüências: “Em um mundo saturado pela troca monetária e completamente mediado pelo dinheiro, a experiência do mercado é a experiência mais imediata, diária e universal do sistema econômico para todos”. Esse fenômeno cobra seu preço, pago também pela esquerda.

Stuart Hall fala um pouco sobre o tamanho dessa conta:

“Não é de surpreender que o mercado seja algo gratuito para nós, que não questionemos aquilo que o viabiliza, funda ou pressupõe. Não é de surpreender tampouco que as massas trabalhadoras não possuam os conceitos que lhes possibilitem intervir no processo, estruturar um novo conjunto de questionamentos, trazer à luz ou revelar aquilo que a esmagadora realidade do mercado constantemente torna invisível (…) Dessa forma, percebemos na ‘livre-escolha’ do mercado o símbolo material de liberdades mais abstratas; ou na competitividade egocêntrica e intrínseca do lucro de mercado a representação de algo natural, normal e universal na própria natureza humana” (“O problema da ideologia. Marxismo sem garantias”, p. 265, in. “Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais”, Editora UFMG, 2006). A idéia de “fim da história” é um corolário deformado dessa percepção (também deformada).

Nos últimos anos, importantes setores da esquerda costumam atribuir a uma “correlação de forças desfavorável” seu recuo ideológico e programático. Mas se as reflexões de Fiori e de Stuart Hall são pertinentes, o problema pode ser mais grave. O referido recuo não seria resultado de uma correlação de forças desfavorável, mas sim da perda de nitidez em relação ao campo de luta. Quais são, afinal de contas, as lutas da esquerda, hoje? É pela redução da taxa de juros e do superávit primário? É o debate sobre se a taxa de crescimento deve ser de 3% ou 4,5% ao ano? Ou pela afirmação da necessidade da ética na política?

Todas essas questões são temas atuais e ocupam boa parte do discurso e da prática das maiores forças políticas da esquerda brasileira hoje. A priorização dessa agenda seria resultado fundamentalmente, não custa perguntar mais uma vez, de uma correlação de forças desfavorável em nível mundial? Mas qual é mesmo o estado de coisas no mundo hoje?

Como anda o mundo

Hora de lembrar alguns números e fatos que são de conhecimento público, mas que costumam ser sacrificados no altar do pragmatismo rebaixado. A ordem econômica mundial mata 100 mil pessoas de fome por dia, apesar de o mundo ter hoje a capacidade de alimentar 12 bilhões de seres humanos, o dobro de sua população atual, denunciou, no dia 21 de junho de 2006, o relator da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler.

Segundo dados da ONU, a cada sete segundos uma criança menor de 10 anos morre por problemas ligados à desnutrição, e a cada quatro minutos uma criança fica cega por falta de vitamina A. “A ordem mundial econômica e capitalista não é só assassina, mas absurda, porque mata sem necessidade. Há riquezas para alimentar 12 bilhões de pessoas, o dobro da humanidade”, protestou o relator das Nações Unidas. A situação geral da fome é especialmente dramática na África, um continente onde 36% da população é subnutrida, 186 milhões de africanos sofrem de fome grave e, em 20 anos, o número de famintos passou de 91 para 186 milhões.”

Para Jean Ziegler, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio são organizações mercenárias das grandes oligarquias e do capital financeiro, que anulam os progressos obtidos pelas 22 agências humanitárias e de desenvolvimento da ONU. Enquanto isso, os gastos dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão ajudaram a aumentar as despesas militares no mundo em 3,5 por cento, alcançando 1,12 trilhão de dólares em 2005, segundo levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisa para a Paz Internacional de Estocolmo, em seu último anuário. Os EUA são responsáveis por 48% dos gastos mundiais em armamentos, seguidos por Inglaterra, França, Japão e China, que investem de 4 a 5% cada um.

Esses cinco países totalizam 68% dos gastos mundiais com armas. Os gastos com armas representaram, em 2005, cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto Mundial, uma média de despesas de 173 dólares per capita.

No plano ambiental, o cenário não é menos dramático. Nos últimos meses, diversos estudos científicos afirmaram que o agravamento do problema do aquecimento global está levando o planeta a um ponto de não-retorno. A destruição não se dá apenas pelo atual padrão de atividade industrial e de consumo. No campo, o estrago não é menor.

A diversidade das culturas está se reduzindo nos terrenos agrícolas de todo o mundo a um ritmo galopante, conforme advertência feita este ano pela FAO. Segundo a organização, ao longo dos últimos cem anos, perderam-se 75% das variedades agrícolas. A agricultura mecanizada e as exigências do mercado estão na raiz da redução da biodiversidade. Historicamente o ser humano utilizou entre 7 mil e 10 mil espécies, ao passo que hoje só se cultivam tão somente 150 espécies, doze das quais representam 75% do consumo alimentar humano. E desses, só quatro espécies são responsáveis pela metade dos nossos alimentos.

Estamos, portanto, diante de um cenário de alta instabilidade social, política, econômica e ambiental. E esses grandes temas globais estão relacionados diretamente a temas nacionais e regionais. Não se trata de elevar o pensamento à estratosfera e esquecer os problemas práticos do dia-a-dia. O debate sobre qual desenvolvimento queremos, qual matriz energética, que tipo de agricultura, que tipo de Estado, depende de um posicionamento claro sobre essas grandes tendências que estão mudando a face do planeta para pior.

Assim, a resposta para a pergunta apresentada no início desse artigo passa, necessariamente, pelo reconhecimento da urgência de subordinar o menor ao maior. E há algo maior, hoje, do que enfrentar esses problemas e expressar essa escolha na ação política?. Há um mundo querendo ser pensado e modificado. E essa é uma tarefa muito maior do que simplesmente pensar e priorizar a próxima eleição ou a disputa por cargos neste ou naquele governo.

Marco Aurélio Weissheimer é jornalista da Agência Carta Maior (correio eletrônico: gamarra@hotmail.com)

Compartilhe nas redes: